

Para Marcello, saída está na autogestão

Dinheiro economizado poderia, mais tarde, ser usado para aumentar salários

• O governador Marcello Alencar garantiu que, até o final do semestre, será possível atenuar a crise na educação do estado. A solução, segundo o governador, não será contratar mais professores ou aumentar os salários, mas fazer com que cada uma das 2.500 escolas da rede seja autônoma e administre os próprios recursos. Com a medida, já implantada em 624 escolas, Marcello acredita que será possível, graças à economia que cada diretora vai fazer na compra de material escolar, reduzir os gastos com educação. O Governo, depois, poderia aumentar salários.

— Se as diretoras racionalizarem recursos e comprarem mais barato, isso vai representar uma economia aos cofres públicos. O estado poderá utilizar os recursos da educação para pagar melhores salários — prevê a secretária Mariléa da Cruz, que acredita que até julho mil escolas entrem no regime de autogestão.

Para suprir a carência de professores, a Secretaria de Educação já reduziu este ano a carga horária dos alunos da 1ª série do Segundo Grau. Outra idéia do Governo estadual para solucionar a falta de mestres é, além de informatizar a Secretaria para identificar maracutaias, lançar um programa de educação à distância. Com a ajuda de universidades e um sistema de satélite, o governador pretende criar vídeos com lições de algumas disciplinas para serem exibidos nas salas de aula sem professores.

— Professor pela televisão não é uma coisa boa, mas vamos ter também uma professora monitorando. Você tem que fazer alguém dar aulas de química, onde faltam professores, e transmiti-las num tape. Vamos fazer cadernos e o aluno não vai ficar só olhando para a televisão e aprendendo — garante Marcello.

O Ministério da Educação quer virar de cabeça para baixo a política de investimentos no setor e obrigar cada governo estadual e prefeitura do país a aplicar pelo menos 15% de tudo que arrecada no ensino fundamental. É a única maneira, segundo o MEC, de solucionar o caos no ensino básico no país. A proposta foi transformada numa emenda constitucio-

nal, que tramita no Congresso e deverá ser levada a plenário em abril. Hoje a Constituição obriga a União a investir 18% de sua receita em educação. Estados e municípios devem aplicar 25%. Se a emenda for aprovada, estados e municípios deverão investir 15% no ensino básico e os 10% restantes no ensino médio e superior.

Neste caso, estados e municípios estarão investindo, por ano, R\$ 12 bilhões no ensino fundamental. Como existem 30 milhões de alunos nesta faixa, o investimento por estudante alcançará, em média, R\$ 400 por ano. Hoje, esse valor é menor que R\$ 200.

— O caos no ensino básico no Rio não é um caso isolado. A crise no ensino é nacional — diz Barjas Negri, secretário-executivo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Atualmente, 42% dos alunos não chegam à 8ª série

Entre os maiores problemas do ensino fundamental, Barjas Negri lista: escolas inadequadas, o despreparo de muitos professores, os baixos salários dos mestres e material didático inadequado. Diante desse quadro, aumenta a cada ano o problema da repetência e da evasão escolar no país. Hoje, 42% dos alunos que entram na escola não conseguem chegar à 8ª série.

O FNDE tem hoje três programas de repasses de recursos para estados e municípios. O primeiro é o programa de repasse de recursos para a manutenção de escolas, que reserva, todos os anos, R\$ 250 milhões para despesas do dia-a-dia das escolas brasileiras. Pouco mais de R\$ 6 milhões vão para escolas do Estado do Rio. O segundo programa é o repasse de recursos para prefeituras e governos estaduais comprarem TV, antena parabólica e videocassete, dentro do programa TV Escola. Cada escola está recebendo R\$ 1.500. No total, serão liberados este ano R\$ 70 milhões. O terceiro programa é o de construção, reforma e ampliação de escolas públicas, que custará este ano R\$ 200 milhões. O MEC está dando prioridade à conclusão de obras paralisadas. ■